



Mensagem nº 100/2025

Barra do Piraí, 17 de novembro de 2025.

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada apreciação dessa Colenda Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que autoriza a revisão e o cancelamento de créditos tributários, dispõe sobre a adoção de medidas para a cobrança da Dívida Ativa do Município de Barra do Piraí, e dá outras providências.

A presente proposição tem como finalidade promover a modernização da gestão tributária municipal, mediante a revisão dos créditos lançados, a adequação dos procedimentos de cobrança e a racionalização da Dívida Ativa, de modo a assegurar maior eficiência na arrecadação e no controle fiscal.

O projeto autoriza a Secretaria Municipal de Fazenda a proceder à revisão de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, com vistas à identificação de débitos atingidos pela prescrição, de lançamentos indevidos em razão da não ocorrência do fato gerador, e de créditos inexigíveis por ausência de elementos cadastrais ou localização do contribuinte.

Tais medidas visam aperfeiçoar a higidez do cadastro tributário, reduzir o acúmulo de créditos incobráveis e evitar gastos desnecessários com a manutenção e a cobrança de débitos prescritos ou de difícil recuperação.

No mesmo sentido, o projeto define critérios objetivos para o ajuizamento de execuções fiscais, estabelecendo limite mínimo de cobrança judicial de 07 (sete) UFISB, em consonância com o princípio da economicidade e com o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, que reconhecem a necessidade de observância à proporcionalidade entre o custo processual e o valor do crédito executado.

A proposta também autoriza a cobrança administrativa dos valores inferiores ao limite fixado, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais que assegurem a recuperação dos créditos municipais.



Destaca-se, ainda, que o projeto respeita integralmente os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade fiscal, não implicando renúncia de receita indevida, mas sim a adequação da cobrança à realidade financeira e administrativa do Município.

Trata-se, portanto, de iniciativa que aperfeiçoa a gestão tributária, otimiza recursos públicos e contribui para a modernização da Fazenda Municipal, garantindo maior equilíbrio fiscal e transparência na administração dos créditos públicos.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à consideração dessa Casa Legislativa, confiante em sua aprovação.


KÁTIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal de Barra do Piraí

Exmo. Sr.
RAFAEL SANTOS COUTO
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



Projeto de Lei nº _____/2025.

Ementa: Autoriza a revisão e cancelamento de Créditos Tributários, dispõe sobre a adoção de medidas para a cobrança da Dívida Ativa do Município, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à revisão de todos os créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa, em face de cobrança administrativa ou judicial, com vistas às seguintes medidas:

- I. Expurgo dos alcançados pela prescrição da ação de cobrança, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa à prescrição;
- II. Cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente, no caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e taxas pelo exercício do Poder de Polícia;
- III. Cancelamento de créditos não passíveis de cobrança, por desconhecido o contribuinte, seu endereço e/ou outros dados cadastrais.

Parágrafo Único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Art. 2º. O Poder Executivo efetuará de ofício a baixa da inscrição e do cadastro nos casos em que o contribuinte deixar de recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas decorrentes do poder de polícia.



§1º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente a declaração do contribuinte ou á baixa de ofício.

§2º. É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

Art. 3º. Independentemente de inscrição de crédito tributário na Dívida Ativa do Município de Barra do Piraí e de sua consequente cobrança administrativa, não será proposta, judicialmente, a cobrança da Dívida constituída de valor correspondente a um montante igual ou inferior a 07 (sete) UFISB.

§1º. O valor consolidado a que se refere o *caput* deste artigo é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

§2º. Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor inferiores ao limite fixado no *caput* que, consolidados por identificação cadastral na Dívida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

§3º. O valor expresso em reais estabelecido nesta lei será atualizado anualmente tomando como base o índice utilizado para atualização dos tributos no Município de Barra do Piraí.

Art. 4º. Os valores de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a 07 (sete) UFISB, ainda não objeto do ajuizamento de execução fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º. Fica autorizada a desistência das execuções fiscais relativas aos débitos abrangidos pelo Art. 3º desta Lei, independentemente do pagamento de honorários advocatícios do devedor e sem prejuízo do disposto no artigo anterior.



Parágrafo Único - Na hipótese de os débitos referidos no *caput*, relativos ao mesmo devedor, superarem, somados, o limite fixado no Art. 3º desta Lei, serão reunidos todos os processos para que seja dado seguimento, sendo observado o prazo prescricional.

Art. 6º. Excluem-se das disposições do Art. 5º desta Lei:

- I. os débitos objeto de execuções fiscais embargadas, salvo se o executado manifestar em Juízo sua concordância com a extinção do feito sem quaisquer ônus para esta Municipalidade;
- II. os débitos objeto de decisões judiciais já transitadas em julgado

Art. 7º. Ficam cancelados os débitos abrangidos por esta Lei quando consumada a prescrição, conforme preceitua o inciso I, do Art. 1º desta Lei.

Art. 8º. Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta lei, inclusive àquelas efetuadas por meio de parcelamento.

Art. 9º. O não ajuizamento de execução fiscal de crédito tributário cujo valor se enquadre no limite previsto nesta Lei e sua eventual prescrição, não implicarão em responsabilidade às autoridades e aos agentes fiscais do Município.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

BARRA DO PIRAI, em 17 de novembro de 2025.

KÁTIA CRISTINA MIKI DA SILVA

Prefeita Municipal